



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

L I D O
Em, 05/02/2013
Assessoria de Plenário

MENSAGEM Nº 016/2013-GAG

PROC 32 /2013 Brasília-DF, 5 de fevereiro de 2013

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Dirijo-me às Senhoras e Senhores Deputados, no início desta terceira sessão legislativa da sexta legislatura, para expor a situação do Distrito Federal e indicar as providências que estamos tomando para aprimorar a Administração Pública, desenvolver as nossas cidades e prestar serviços públicos de qualidade à nossa população.

Cumprida a primeira metade do mandato que me foi outorgado pelas urnas, o meu Governo vem-se firmando junto à população com base em três fundamentos que orientam diuturnamente nossas decisões:

1º) Somos um Governo que é aliado incondicional do Governo Federal, com quem caminhamos juntos e em quem buscamos apoio para resgatar a imagem de nossa Unidade Federativa e conseguir os benefícios necessários à melhoria da qualidade de vida de nossa gente. A nossa Presidenta Dilma Rousseff tem tido uma atenção especial com o Distrito Federal. A ela dedicamos nosso mais profundo agradecimento.

2º) Somos um Governo que cuida das pessoas, numa luta incessante para melhorar os serviços públicos que lhe são prestados, dotar as cidades de infraestrutura adequada às suas necessidades e proporcionar-lhes oportunidade de vida cada vez melhor.

3º) Somos um Governo que zela incansavelmente pela transparência e pelo amplo e irrestrito acesso da população às informações produzidas nas diferentes repartições. Saber o que Governo faz e como faz é um direito fundamental do cidadão e contribui para fazer as críticas e análises necessárias ao aprimoramento da gestão governamental.

A Sua Excelência o Senhor
Deputado WASNY DE ROURE
Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal
Brasília-DF





GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Conforme afirmei em Mensagens anteriores, a Capital da República foi assolada por uma crise profunda e devastadora, que comprometeu sua capacidade de aproveitar os bons momentos vividos pela Nação, sob a liderança do Presidente Lula, nos anos de 2003 a 2010.

Ao assumirmos o Governo, deparamo-nos com problemas de toda ordem, herdados de governos anteriores, que deixaram caótica a situação jurídica, administrativa e financeira da nossa Unidade Federativa.

Essa página já foi virada. E o Governo, em 2013, está pronto para dar continuidade e ampliar um conjunto significativo de medidas em benefício das pessoas que escolheram o Distrito Federal para fixar suas residências, constituir suas famílias e patrimônio e viver intensamente as diversas oportunidades que a Capital da República lhes oferece.

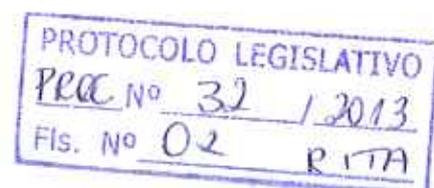
Nesses dois primeiros anos de Governo, sofremos ataques de toda ordem com o objetivo de desestabilizar nossa gestão. O inconformismo dos que perderam as eleições e daqueles que se apropriavam indevidamente dos recursos públicos fez criar uma falsa imagem do meu Governo junto à sociedade. Distorceram fatos, inventaram mentiras e tentaram de todos os modos macular a mim e aos que mais de perto me auxiliam nas decisões.

Foi necessário deixar as atribuições de governante e ir até à CPMI do Congresso Nacional para expor à Nação o que vinha acontecendo no Distrito Federal. E o que foi dito ali, naquele 13 de junho de 2012, foi acompanhado por todos os Senhores e Senhoras. Não é necessário reproduzir aqui.

Desde então, passamos a ter um pouco mais de sossego para concentrar nossas energias apenas no Governo, e a população candanga vem reconhecendo nossos esforços para colocarmos o Distrito Federal em outro patamar de desenvolvimento econômico e social, a partir de bases sólidas e duradouras.

As mudanças que anunciamos na campanha eleitoral estão em curso. Está nascendo um novo Distrito Federal, cuja Administração Pública tem como objetivo central cuidar das pessoas, como dito acima, pois o ser humano e a dignidade de sua existência são a razão para dedicarmos especial atenção às nossas crianças, jovens, mulheres, idosos, portadores de necessidades especiais e todas as pessoas em situação de vulnerabilidade social. É pelas pessoas que estamos investindo em saúde, segurança, educação, cultura, desenvolvimento social, meio ambiente, agricultura, habitação, geração de empregos, transporte, infraestrutura e administração pública.

Essas mudanças não se operam da noite para o dia, pois, como dito, encontramos um Distrito Federal totalmente desestruturado. E nosso Governo trabalha a partir de bases sólidas para uma nova Administração Pública, estruturada para gerar benefícios contínuos e crescentes à sociedade ao longo do tempo.





GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Parte das bases dessas mudanças devemos ao apoio irrestrito dessa Casa, que aprovou um conjunto de leis que reestruturam nosso ordenamento jurídico e nos possibilitam fazer uma verdadeira cruzada pela regularização de nossas cidades, do patrimônio e das condições de trabalho de muitas pessoas.

Por um dever de justiça, registro que foram aprovados nessa Casa, em termos quantitativos, as seguintes iniciativas do Poder Executivo:

- a) 1º semestre de 2011: 58 proposições;
- b) 2º semestre de 2011: 89 proposições;
- c) 1º semestre de 2012: 68 proposições;
- d) 2º semestre de 2012: 89 proposições;
- e) Indicações de autoridades: 5.

Nenhum governo, nos dois primeiros anos, conseguiu votações tão expressivas, o que demonstra o compromisso da presente legislatura com o Distrito Federal.

Nesse conjunto de medidas, há várias que colocam o Distrito Federal na vanguarda daquelas que aprimoram a gestão pública, e várias outras que nos colocam num novo patamar de segurança jurídica, com o objetivo de resgatar no Distrito Federal o primado da legalidade.

Para o meu Governo, a maior autoridade do Poder Público é a Lei, e é a ela que todos os agentes públicos, a começar pelo Governador, devem obediência estrita.

Por isso, com o apoio dessa Casa, estamos construindo um novo ordenamento jurídico para o Distrito Federal. Vale destacar, como legislação estruturante:

a) **Emenda à Lei Orgânica nº 60/2011**: ficha limpa para os cargos em comissão do Distrito Federal: adota no DF os mesmos critérios de elegibilidade de candidatos a cargo eletivo, previstos na Lei Complementar federal 135/2010.

b) **Emenda à Lei Orgânica nº 61/2012**: Defensoria Pública do Distrito Federal: cumpre a Emenda Constitucional nº 69/2012, que passou da União para o DF a institucionalização da defensoria pública.

c) **Lei Complementar nº 833, de 27/5/2011**: parcelamento, em até 60 meses, dos créditos tributários vencidos e oriundos de ação fiscal: permite que o contribuinte regularize sua situação sem a necessidade de ação judicial.

d) **Lei Complementar nº 840, de 23/12/2011**: regime jurídico dos servidores públicos do Distrito Federal: consolida a legislação existente; institui, pela 1ª vez, o regime jurídico próprio para o DF; cumpre a Constituição Federal, a LODF e a decisão do TJDF, que considerou o Executivo em mora com seu dever constitucional. É um instrumento jurídico importante para a boa gestão.





GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

- e) **Lei Complementar nº 854, de 15/10/2012**: atualização do Plano Diretor de Ordenamento Territorial – PDOT: resolve os vazios deixados pela ADI acatada pelo TJDF e cria as regras que orientam o PPCUB e a LUOS, leis que irão resolver parte significativa dos problemas fundiários do DF.
- f) **Lei nº 4.541, de 18/2/2011**: criação de novos cargos na saúde do Distrito Federal: aumenta de 31.500 os cargos para 43.300, com vistas a dar melhor assistência à saúde da população.
- g) **Lei nº 4.566, de 4/5/2011**: Plano Diretor de Transportes Urbanos – PDTU: instrumento jurídico de reorganização do transporte público coletivo do Distrito Federal, que está possibilitando a licitação do sistema e a captação de recursos federais para obras de infraestrutura.
- h) **Lei nº 4.567, de 9/5/2011**: processo administrativo fiscal: reorganização do processo administrativo fiscal, modernizando os instrumentos fazendários de acompanhamento dos tributos de competência do DF.
- i) **Lei nº 4.601, de 14/7/2011**: DF sem miséria: instrumento de combate à pobreza extrema por meio de programa de complementação de renda.
- j) **Lei nº 4.611, de 9/8/2011**: lei da micro e pequena empresa: adaptação para o DF da lei geral das micro e pequenas empresas da União (Lei Complementar federal nº 123/3006).
- k) **Lei nº 4.704, de 20/12/2011**: gestão integrada de resíduos sólidos: instrumentaliza o Governo para exigir que seja dada destinação ambientalmente adequada aos resíduos da construção civil.
- l) **Lei nº 4.751, de 2/2/2012**: gestão democrática da escola pública: permite que a comunidade escolar – professores, auxiliares, alunos e comunidade – escolha a direção escolar, por meio de eleição direta.
- m) **Lei nº 4.752, de 7/2/2012**: programa de aquisição da produção da agricultura: permite que o Poder Público possa adquirir diretamente do produtor os produtos agrícolas nas compras governamentais de sua necessidade.
- n) **Lei nº 4.885, de 11/7/2012**: defesa sanitária vegetal do DF: cria um novo marco legal, mais moderno e atualizado, sobre as questões fitossanitárias de interesse da população.
- o) **Lei nº 4.883, de 11/7/2012**: política de turismo do Distrito Federal.
- p) **Lei nº 4.896, de 31/7/2012**: sistema de gestão da ouvidoria do DF: organiza as ouvidorias do DF, como instrumento de contato com a população, para captar sua percepção sobre as questões relativas ao Poder Público.
- q) **Lei nº 4.899, de 8/8/2012**: política distrital de economia popular solidária: importante instrumento de fomento à renda de milhares de pessoas que trabalham com pequenos negócios para sustentação de suas famílias.





GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

r) **Lei nº 4.938, de 19/9/2012**: sistema de correição: instrumento governamental de acompanhamento dos processos em trâmite no GDF, para corrigir as questões de disciplina dos servidores e dos processos licitatórios.

s) **Lei nº 4.949, de 15/10/2012**: normas gerais para a realização de concurso público: marco legal pioneiro na fixação de regras para que os concursos públicos possam ser organizados de forma menos discricionária pelos agentes públicos.

t) **Lei nº 4.990, de 12/12/2012**: Lei de Acesso à Informação.

u) **Lei nº 5.004, de 21/12/2012**: Fundo Garantidor das Parcerias Público-Privadas – PPPs.

v) **Lei nº 5.017, de 18/01/2013**: financiamento industrial para o desenvolvimento econômico sustentável – IDEAS INDUSTRIAL.

w) **Lei nº 5.018, de 18/1/2013**: financiamento de comércio e serviços para o desenvolvimento econômico sustentável – IDEAS COMÉRCIO E SERVIÇOS.

x) **Lei nº 5.021, de 22/1/2013**: Lei de incentivo à cultura.

y) **Lei nº 5.022, de 4/2/2013**: regulamentação do estudo de impacto de vizinhança.

Também merece destaque o conjunto significativo de leis que permitem regularizar o Distrito Federal, trazendo segurança jurídica aos destinatários da norma, o que irá reduzir o custo da fiscalização e evitar as várias ações judiciais contra o GDF e os seus integrantes, como as seguintes:

a) **Lei nº 4.704, de 20/12/2011**: realização do carnaval: cuida da forma como o carnaval pode receber apoio financeiro do Poder Público.

b) **Lei nº 4.748, de 2/2/2012**: organização e funcionamento das feiras: a Lei, a 1ª de iniciativa do Poder Executivo, disciplina a organização e funcionamento das feiras do DF, criando as condições para os feirantes exercerem suas atividades com segurança jurídica adequada.

c) **Lei nº 4.900, de 16/8/2012**: organização e funcionamento da CEASA: regulariza a situação dos permissionários da CEASA, com a fixação clara de um prazo para que venha a ser feita a licitação.

d) **Lei nº 4.954, de 29/10/2012**: critérios para exploração econômica em espaços públicos na rodoviária, Galeria dos Estados e mercado das flores: depois de mais de 50 anos, a rodoviária e outros espaços públicos ganham uma lei que regulamenta suas atividades em espaços públicos.

e) **Lei nº 4.968, de 21/11/2012**: regularização dos clubes sociais: as associações e entidades sem fins lucrativos podem continuar usando seus espaços a partir dessa Lei que fixa os critérios de uso de terrenos públicos.

PROTOCOLO LEGISLATIVO
PROCº 32 / 2013
Fis. Nº 05 R.17A



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

f) **Lei Complementar nº 851, de 19/9/2012**: regularização da cobertura de áreas esportivas das escolas públicas e privadas: o objetivo central é manter a possibilidade de os alunos fazerem atividades esportivas em locais ao abrigo das mudanças de tempo.

g) **Lei nº 4.996, de 19/12/2012**: regularização fundiária no DF: permite a doação de imóveis de assentamentos implementados pelo Poder Público e também dos loteamentos informais com lotes de até 250m².

h) **Lei nº 4.997, de 19/12/2012**: regularização tributária da CODHAB; isenção de ITBI e ITCD para regularização fundiária e condições jurídicas para a TERRACAP regularizar áreas como Vicente Pires.

Para a presente sessão legislativa, esta Casa tem o desafio de aprovar as duas leis que complementam o Plano Diretor de Ordenamento Territorial. Refiro-me ao Plano de Proteção do Conjunto Urbanístico de Brasília e à Lei de Uso e Ocupação do Solo, cujos projetos de iniciativa do Poder Executivo já estão tramitando.

Aproveito, inclusive, para dizer que o meu Governo continua à disposição dessa Casa para contribuir nas discussões, prestando as informações e esclarecimentos necessários com vistas a formularmos as melhores leis para atendermos aos anseios do conjunto de nossa população.

Feita essa introdução, passo a tratar dos principais temas do Governo e de suas implicações na situação de nossa Unidade Federativa.

1) Saúde Pública

Quando assumi o Governo, a saúde pública estava em completo abandono. Havia centros cirúrgicos fechados, com piolho de pombo, infiltrações, etc. Faltavam medicamentos, leitos, profissionais de saúde e uma infinidade de outras coisas indispensáveis à prestação de um serviço essencial à vida humana.

Em dois anos de Governo, apesar de ainda não termos atingido uma situação ideal, muita coisa já mudou.

Dentro de sua política de desenvolvimento do Sistema Único de Saúde, o atual Governo tem envidado esforços para qualificar a atenção à saúde oferecida à sua população por intermédio de ações que integram os diversos componentes da rede, em seus aspectos estruturais, organizacionais e de gestão.

Nesse sentido, estamos atuando em três grandes eixos: atenção à saúde, gestão e infraestrutura e tecnologia em saúde.

No ano de 2012, o atual Governo cumpriu grande parte de suas metas na área da saúde. Foram realizadas, por exemplo, 7,3 milhões de consultas médicas; 46 mil cirurgias, sendo 4.500 delas por meio de mutirões, 163.330 internações apenas na rede própria da Secretaria de Saúde; 11 milhões de exames laboratoriais; foram





GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

aplicadas 1.533.090 doses de vacinas e feitos 331 transplantes (210 de córnea, 17 de coração, 88 de rim e 16 de fígado).

Com esse desempenho em transplantes, o DF ficou bem posicionado entre as Unidades da Federação no *ranking* elaborado pelo Ministério da Saúde, passando a ocupar o 3º lugar nacional geral, 4º lugar em transplante renal e hepático e 1º lugar em transplante de coração e córnea.

O número de casos confirmados de dengue, por sua vez, foi reduzido em 64% em relação a 2011, não havendo registro de óbito em 2012 causado por essa doença. A cobertura em atenção primária aumentou de 11% para 23,6% dos residentes no DF com a estratégia de Saúde da Família, sendo que três equipes foram avaliadas como ótimas e premiadas no Programa de Melhoria do Acesso e Qualidade do Ministério da Saúde.

Para reforçar o atendimento à saúde da população, houve a realização de três concursos públicos com nomeação, até o final do ano passado, de 2.223 servidores efetivos e 1.583 temporários. Agora, no final de janeiro, convocamos mais 522 médicos.

No aprimoramento profissional, no ano de 2012, foram capacitados 14.797 servidores em diversas áreas da saúde, número equivalente a 153% do realizado no ano anterior. Foram formados 76 alunos em Medicina, 42 em enfermagem, 459 em Educação Profissional de nível médio e 142 em cursos de pós-graduação pela Fundação de Ensino e Pesquisa em Ciências da Saúde – FEPECS.

Na infraestrutura, houve reformas em 5 centros de saúde e 2 Centros de Assistência Psicossocial – CAPS, bem como em todos os hospitais da rede pública de saúde, com a criação de 139 novos leitos de UTI, reaparelhamento de bancos de leite e a ampliação de salas operacionais de centros cirúrgicos, entre outros. Foram construídas 4 Clínicas da Família, implantadas 10 equipes de Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF) e da unidade móvel da saúde da mulher e 10 novos serviços de saúde mental. Várias outras reformas estruturais estão em andamento. Algumas foram concluídas já em janeiro deste ano, como o centro cirúrgico do Hospital Regional de Planaltina.

Destaco também o funcionamento de 5 Clínicas da Família (3 em Samambaia, 1 no Areal e 1 no Recanto das Emas), o sucesso da carreta da mulher e a solução jurídica dada ao Hospital da Criança José de Alencar, estando o GDF atuando em parceria com a ABRACE. O hospital é hoje referência elogiável de atuação na área da saúde.

No que se refere à área de urgência e emergência, foram inauguradas 4 Unidades de Pronto Atendimento (Samambaia, Recanto das Emas, São Sebastião e Núcleo Bandeirante); foi implantada nova sede do SAMU com aumento da capacidade de atendimento, criação de salas vermelhas para estabilização de casos graves e reforma do processo de classificação de risco, com encaminhamento dos casos sem gravidade para atendimento em centros de saúde.

PROTOCOLO LEGISLATIVO
PROC Nº 32 / 2013
Fls. Nº 07 RITA



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Houve o atendimento a 100% das solicitações de sangue para emergências, sendo observado aumento expressivo na dispensação de hemoderivados, além da implantação do ambulatório para pacientes de coagulopatias hereditárias.

Também foram implementadas melhorias nos processos de gestão, sendo iniciada a implantação do ponto eletrônico, do sistema informatizado para controle de estoques, da telemedicina, da padronização de medicamentos com destaque para os de oncologia e iniciados os procedimentos para funcionamento pleno da Rede Cegonha. O número de procedimentos ambulatoriais regulados aumentou em 58%, e a regulação do acesso a leitos de UTI alcançou 100%.

Em relação ao controle interno, foram investigadas 251 denúncias e instaurados 241 procedimentos disciplinares, que resultaram em 3 advertências, 13 suspensões e 27 demissões.

Para 2013, está prevista a continuidade e aprofundamento das ações em curso. Serão implantadas 264 novas equipes de saúde da família, 10 de atenção domiciliar e 8 equipes de Núcleo de Apoio à Saúde da Família – NASF. Está prevista a inauguração de outras 10 Unidades de Pronto Atendimento, 40 Clínicas da Família e 13 Centros de Atenção Psicossocial – CAPS; abertura de 100 leitos de retaguarda, 80 leitos de UTI; credenciamento de Hospitais de Ensino e fortalecimento dos Centros de Alta Complexidade em Oncologia, entre outros. Está programada a intensificação das ações de inspeção sanitária para atendimento às necessidades projetadas para a Copa das Confederações e Copa do Mundo de Futebol. Novas viaturas e aparelhos serão adquiridos para essa área, bem como para a de urgência e emergência.

Com as UPAs, Clínicas da Família, Carreta da Mulher e atendimento domiciliar, estamos mudando os locais de atenção primária, o que vem desafogando os nossos hospitais. Em média, 2 mil pessoas por dia estão sendo atendidas com melhor qualidade, nesses novos espaços de atenção à saúde. Temos também 181 equipes do programa Saúde da Família atuando em quase todas as localidades do Distrito Federal.

No atendimento à mulher, queremos tornar Brasília referência para todo o País. Para isso, além de investirmos nas ações de saúde preventiva, estamos concentrando esforços para zerar a fila das cirurgias de reconstrução mamária. Das 300 pacientes que aguardavam esse procedimento, 180 já foram atendidas.

Alinhados com o Governo Federal, firmamos convênio com o Ministério da Saúde para reforçarmos o atendimento odontológico no Distrito Federal, por meio do programa Brasil Sorridente. Nossas equipes passarão de 23 para 83, e serão aumentados de 5 para 10 os centros de especialidades odontológicas. Além disso, já foram contratados mais 288 profissionais nessa área.

PROTOCOLO LEGISLATIVO
PROC. Nº 32 / 2013
Fls. Nº 08 RITA



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Tudo isso, demanda esforços do Governo e vultosas quantias de recursos públicos. O atual Governo tem investido muito em saúde, conforme pode ser visto pelos dados abaixo, que apresentam apenas os recursos do Tesouro local, aplicados na forma determinada pela Constituição Federal: mínimo de 12% das receitas estaduais; mínimo de 15% das receitas municipais:

Exercício	Receita do DF			Aplicação em saúde	% aplicado
	Estadual	Municipal	Total		
2009	5.087.911.154,57	2.734.079.233,42	7.821.990.387,99	1.141.141.078,77	14,59%
2010	5.778.239.045,81	3.080.865.460,32	8.859.104.506,13	1.217.677.767,70	13,74%
2011	6.569.654.836,12	3.439.715.232,23	10.009.370.068,35	1.629.306.048,00	16,28%
2012	7.192.927.502,40	3.776.991.791,68	10.969.919.294,08	1.766.194.195,97	16,10%

Percebe-se, portanto, que retomamos imediatamente os investimentos na saúde pública, tendo garantido a destinação de recursos do Tesouro distrital acima da exigência constitucional.

2) Educação Pública

Assim como a saúde, a educação também é prioridade do atual Governo. Mas a educação, nos termos da Constituição Federal, além de ser um direito de todos, é dever do Estado e da família e tem de ser "promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho."

Por isso, não hesitamos em elaborar a lei da gestão democrática na escola pública, pois queremos que toda a comunidade escolar (professores, auxiliares do ensino, alunos, pais e amigos da escola) participe do projeto político-pedagógico de cada unidade escolar e se sinta copartícipe das definições que as escolas implementam em sala de aula.

A participação e envolvimento da comunidade são indispensáveis nesse esforço nacional e local para melhoria dos índices de qualidade da educação pública.

Como manifestação de apoio à melhoria na qualidade do ensino, o atual Governo vem tomando várias iniciativas, das quais destaco algumas cujos números comprovam o desafio governamental de atender bem o aluno da rede pública:

a) Creches: em 2012, foram inaugurados 4 novos centros de educação infantil e assinado o convênio com 51 entidades para prestar atendimento em tempo integral às nossas crianças. Mais 2 centros serão inaugurados ainda no primeiro semestre de 2013 e pretendemos construir mais 111 até o final de nossa gestão.

b) Merenda escolar: além de implementar o café da manhã nas escolas públicas localizadas nas áreas carentes, o atual Governo instituiu o Programa de Aquisição de Produtos da Agricultura (PAPA-DF), o que permite aos nossos alunos ter alimentos saudáveis vindos de cerca de 750 agricultores familiares. Em 2012, foram



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

distribuídas às escolas públicas cerca de 5,5 mil toneladas de alimentos e servidas em torno de 108 milhões de refeições na rede pública de ensino. 110 mil alunos receberam o kit da merenda escolar (1 colher, 1 prato, 1 caneca e 1 tigela).

c) Professores: nos dois últimos anos, foram contratados 1.806 profissionais de ensino e agora, no início de fevereiro de 2013, nomeamos mais 1.688 professores; foi concedido reajuste de 13,83% para os professores no início de 2011; foi aprovada a Lei do auxílio-saúde para os professores; e mais de 12 mil professores passaram por cursos de capacitação na Escola de Aperfeiçoamento dos Profissionais de Educação.

d) Assistência à educação: está sendo incorporada a gratificação de atividade aos servidores que trabalham na assistência à educação e, após ampla negociação com o Sindicato da categoria, foi enviado a essa Casa o Projeto de Lei com a reformulação completa do plano de carreira.

e) Erradicação do analfabetismo: nossa meta é erradicar o analfabetismo no Distrito Federal, ensinando cerca de 64 mil pessoas nas primeiras lições escolares. É uma meta difícil de ser atingida, mas cerca de 6 mil jovens e adultos já sentem o prazer de ler e escrever o básico para suas vidas, a partir dos trabalhos da educação pública.

f) Ensino integral: até 2015, pelo menos 10% dos alunos devem estar em escolas que ofertam ensino integral. Hoje, essa possibilidade existe em 272 escolas.

g) Atenção ao aluno: foram distribuídos 260 mil livros de literatura com títulos variados, e 360 mil *kits* de higiene bucal, havendo a mesma quantidade para distribuição no início do presente ano letivo. O atual Governo pretende ampliar o atendimento odontológico e oftalmológico para cerca de 500 mil alunos da rede pública. Também estão sendo implementadas mudanças na aquisição do material escolar, com um auxílio financeiro para os beneficiados do bolsa-família adquirirem o material diretamente das papelarias e livrarias.

h) Temas transversais: ações sobre dengue, hortas escolares, coleta seletiva de lixo, educação ambiental, combate às drogas também foram temas que envolveram alunos, professores, assistentes de educação e comunidade.

i) Jogos escolares: mais de 12 mil estudantes participaram da realização do 53º jogos escolares.

j) Conectividade: foi implantada banda larga em todas as escolas da rede urbana, criado o e-mail corporativo para servidores e professores, implantado o diário eletrônico *on-line* em escolas-piloto. Neste ano, devem ser distribuídos *tablets* aos professores do ensino médio.

k) Transporte escolar: atualmente são atendidos cerca de 35 mil alunos no transporte escolar, por meio de 600 ônibus locados pelo governo.

l) Passe livre estudantil: nos dois anos de Governo, reformulamos os procedimentos para concessão do passe livre estudantil. Isso eliminou os inúmeros



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

problemas que tínhamos antes. Atualmente, em média, 129 mil alunos usufruem do benefício todo mês.

m) Escolas: das 562 escolas da rede pública de ensino, 392 foram reformadas nos dois últimos anos.

Esses dados testemunham o esforço do atual Governo na melhoria da escola pública. O reflexo das soluções que estão sendo adotadas, porém, não vem de imediato, pois a formação intelectual e aquisição de conhecimentos são processos permanentes que dependem do esforço não apenas do Governo, mas de toda a coletividade envolvida no processo de ensino-aprendizagem.

3) Segurança Pública

A segurança pública é, em todos os governos, um grande desafio, e melhorá-la é um dever que precisa do envolvimento de toda a sociedade em atuação conjunta com os órgãos públicos diretamente responsáveis por esses serviços.

E, para prestar bons serviços, os nossos policiais também precisam trabalhar satisfeitos. Por isso, atendendo às suas reivindicações, em dezembro do ano passado, graças à compreensão da Presidenta Dilma Rousseff, pudemos anunciar um reajuste de 15,8% para todos eles.

No aprimoramento dos serviços prestados, em abril de 2012, o atual Governo lançou o programa Ação pela Vida, com a finalidade de aperfeiçoar as ações de segurança pública, visando à integração do planejamento e organização operacional das instituições componentes do sistema (Polícia Militar, Polícia Civil, Corpo de Bombeiros Militar e Departamento de Trânsito).

Foram definidos parâmetros de desempenho operacional e controle de qualidade dos serviços públicos dessa área, sob a égide de um redesenho de agrupamento geográfico entre os órgãos componentes do sistema, por meio da criação de Áreas Integradas de Segurança Pública.

Certos de que a garantia da segurança não é apenas um problema de nossas forças policiais, o Ação Pela Vida é um programa diretamente coordenado por mim, com a participação efetiva de todos os Secretários de Estado nas reuniões de avaliação e tomada de decisão, alinhando todas as políticas públicas.

Com o lançamento do Programa, a política distrital de enfrentamento à criminalidade e à violência passou a ser estruturada por meio da integração geográfico-operacional por Regiões Administrativas, com metas bem definidas para redução geral dos índices de criminalidade.

Também foi criado o Observatório de Segurança Pública, com o objetivo de contribuir com a gestão da informação de segurança, oferecer transparência às informações dos órgãos e entidades dessa área, produzir diagnósticos qualificados sobre a situação da segurança pública, monitorar, avaliar e propor políticas,





GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

programas e projetos de segurança pública, padronizar a coleta, análise e divulgação dos dados e informações públicas, produzir dados confiáveis e informações qualificadas, democratizar o acesso às informações, incentivar a produção científica e a participação social.

Alguns resultados desse esforço governamental já apareceram em 2012. Especificamente no combate à criminalidade, houve aumento significativo do número de prisões em flagrante, expressivo incremento no índice de recuperação de veículos furtados ou roubados e aumento no número de apreensões de drogas e de armas de fogo. Também tem tido resultados a política de educação no trânsito, com redução de infrações cometidas por motoristas.

A Política Militar tem intensificado o policiamento nas ruas, com vistas a inibir a prática e crimes. Para dar suporte efetivo à sua atuação, o atual Governo vem promovendo a contratação de novos policiais, a ascensão funcional dos existentes, além dos trabalhos voltados para o aprimoramento e qualificação profissional.

Também estão sendo feitos investimentos nos quartéis, com inauguração de 3 novas sedes (Gama, Recanto das Emas e o Centro de Inteligência), estando previstas para serem inauguradas, neste ano, mais 5 sedes. Também foram adquiridas, desde o início do atual Governo, mais de 1.300 viaturas novas.

Para estarmos preparados para a Copa das Confederações e Copa do Mundo, foram adquiridos diversos equipamentos de proteção individual (E.P.I.) a fim de diminuir os riscos inerentes da ação policial e padronizar a estética em relação a outros órgãos de segurança pública internacional.

Na Polícia Civil, pela primeira vez na história da instituição, o atual Governo escolheu um Diretor a partir de lista tríplice ofertada pela categoria dos delegados de polícia.

Com os olhos voltados para a integração, mereceu destaque o trabalho conjunto desenvolvido pelas forças de segurança, a Secretaria da Copa e a Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos, que, mediante planejamento, treinamento e aquisição de equipamentos, objetivam alcançar excelência nos trabalhos que antecedem os grandes eventos que o Brasil sediará entre 2013 e 2016.

Também para dar maior eficiência à ação do Estado, especialmente na gestão da segurança pública, estamos lançando o edital para a parceria público-privada para implantar e manter o Centro de Gestão Integrada – CGI, que transformará o prédio de atual CIADE no centro inteligente da gestão de nossa cidade.

No campo dos sistemas de informática, surgiram dois grandes avanços: o Sistema Polaris, ferramenta de gestão que possibilitou extraordinária sistematização das estatísticas e análises criminais e a celebração de acordo de cooperação técnica com o Tribunal de Justiça, para integrar as bases dados e realizar tramitações *on-line* de documentos, de forma a propiciar brevemente o inquérito virtual.





GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

No tocante à infraestrutura da Polícia Civil, merece destaque a recente compra de 2.500 computadores e 210 veículos, além de armamentos e equipamentos periciais. Também merece registro a conclusão da obra da 5ª Delegacia de Polícia e do Edifício Tecnológico, salientando-se que o edifício-sede será entregue nos próximos meses, sem esquecer as licitações em andamento para a construção da nova sede da 16ª DP e da DCA 2, além do Depósito de Bens e Veículos Apreendidos.

Para 2013, devemos realizar o concurso de agente de polícia e escrivão, o que viabilizará o preenchimento de cerca de 600 vagas.

O Corpo de Bombeiros Militar, em 2012, por sua vez, tem-se mantido como instituição capaz de atender bem os fins institucionais motivadores de sua existência, com atuação nos 21 grupamentos de Bombeiro Militar e 6 Grupamentos Especializados em realizar atividade de Prevenção e Combate a Incêndio; Busca e Salvamento; Atendimento Pré-Hospitalar; Proteção Ambiental; Proteção Civil e Aviação Operacional, localizados em 19 Regiões Administrativas.

O atual Governo tem-se empenhado para manter o Corpo de Bombeiros Militar bem equipado, por isso foram adquiridos materiais operacionais (mangueiras de combate a incêndio, equipamentos de proteção individual, sistemas de ar respirável, equipamentos de salvamento em altura e iluminação e materiais de consumo para Atendimento Pré-Hospitalar, além da aquisição de 8 escadas mecânicas, 25 auto bombas tanque florestais e 8 auto bomba tanque), além de um novo sistema de pesquisa de *software* e análise de dados.

Para 2013, estão previstas várias obras atinentes à reforma de quartéis já existentes e implantação de novas Unidades, onde se destacam os grupamentos do Lago Norte, de Santa Maria, Samambaia, do Sudoeste, Ceilândia, Riacho Fundo e Recanto das Emas.

No trânsito, o DETRAN tem tido uma atuação decisiva para contribuir com a organização de uma frota que já ultrapassa a casa de 1,4 milhões de veículos. E, entre as ações desse órgão, podem ser lembradas:

- a) nomeação de 212 novos servidores concursados;
- b) investimento na capacitação e qualificação dos servidores;
- c) modernização tecnológica, com aquisição de veículos e equipamentos próprios, como a compra de 50 viaturas operacionais, de 1 Van Furgão e de 2 empilhadeiras, além de próximas aquisições de mais caminhões-guinchos e também para pintura de sinalização horizontal;
- d) recuperação e expansão da estrutura física, com a inauguração e reforma de unidades administrativas, o que coloca o DETRAN presente em 8 Regiões Administrativas, com 13 pontos de funcionamento administrativo e operativo;
- e) prestação de serviços à comunidade, em especial o atendimento ao público, com a realização de 2.165.192 atendimentos a usuários nas unidades do





GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Departamento de Trânsito e redução do tempo de espera e realização de 280.634 vistorias veiculares;

f) realização de 211 Relatórios de Impacto de Trânsito; 685 solicitações de Projetos Viários; execução de 220 mil m² de sinalização horizontal (o dobro de 2011), 2.320 placas de sinalização vertical, pintura ou revitalização de 1.935 faixas de pedestres e instalação de 8 novos cruzamentos semaforizados.

Como resultados operacionais, dentro do programa Ação pela Vida, os índices de acidentes com morte e de mortos no trânsito do DF diminuíram 6,9% e 10,9%, na comparação com o ano anterior. Em termos estatísticos, foi diminuído para 2,9 o número de mortos no trânsito para cada 10.000 veículos, o menor registrado na história de Brasília. A Organização das Nações Unidas tem como índice de referência (para países em desenvolvimento) o valor 3,0.

Como síntese do que acabo de expor, podemos afirmar que o programa Ação pela Vida é iniciativa de excelência com âncora nas ciências estatísticas, de análise criminal e sociológica, além do uso e integração das tecnologias de informação já disponíveis, para mapear os principais registros criminais em cada região administrativa do DF como indicadores a orientar o alcance das metas estabelecidas no Plano Plurianual do Distrito Federal.

O propósito maior é, mediante a sólida integração operacional entre os órgãos componentes do sistema de segurança pública, implantar de forma perene o planejamento conjunto das ações operacionais e a fixação do idealizado padrão metodológico de planejamento, coordenação, fiscalização e controle operacional nas Regiões Integradas de Segurança Pública em todo o Distrito Federal.

4) Cultura, Esporte e Lazer

A cultura, o esporte e o lazer são imprescindíveis para se ter qualidade de vida, pois o bem-estar das pessoas reflete na sua saúde, no seu aprendizado, na sua convivência familiar, social e profissional.

Na cultura, além de resgatar a credibilidade do segmento, o atual Governo tem trabalhado para elevar os investimentos, propiciando recursos para as manifestações artísticas locais e para a recuperação dos espaços culturais de nossas cidades.

Em 2012, além dos recursos do Fundo de Apoio à Cultura – FAC, das emendas parlamentares e dos recursos para o Carnaval, também foi apresentado a essa Casa o Projeto de Lei de Incentivo Fiscal às atividades Culturais, sancionado no último dia 22 de janeiro (Lei nº 5.021, de 22/1/2013).

Só pelo FAC foram aplicados R\$ 35 milhões em 2011 e mais R\$ 42 milhões em 2012. E estão sendo restaurados importantes espaços culturais de nossas cidades, como o Cine Brasília e o Catetinho.





GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Para reconstruirmos a cultura no Distrito Federal, realizamos logo no início de 2011 a III Conferência da Cultura, com o intuito de trazermos a comunidade a participar das discussões democráticas das políticas públicas de seu interesse.

No início deste, aderimos ao Sistema Nacional de Cultura, o que vai possibilitar ao Governo Federal repassar recursos diretamente para a Secretaria de Cultura distrital com menos burocracia e de forma mais controlada e transparente.

Nos esportes, o atual Governo continua dando apoio direto aos eventos de diversas modalidades, por meio de diferentes programas, como o Boleiros, para incentivar o esporte amador, o Compete Brasília, para incentivar atletas de alto rendimento, o Bolsa-Atleta, que garante recursos para manutenção pessoal do atleta, os Centros Olímpicos, que oferecem, prioritariamente, às crianças e adolescentes, alternativa diferente de vida usando atividades sociorrecreativas, esportivas e de lazer.

5) Ordenamento, Ocupação do Solo, Meio Ambiente e Habitação

A habitação e a regularização fundiária de nossas cidades e dos imóveis de seus moradores são também os grandes desafios do atual Governo, que, em parceria com essa Casa, vem lançando as bases jurídicas necessárias à implementação de medidas capazes de levar dignidade às pessoas.

Além da moradia, necessidade básica e direito fundamental do cidadão, também é necessário possibilitar que os moradores de nossas cidades tenham seus imóveis devidamente escriturados e registrados em cartório.

Segundo dados da CODEPLAN, o Distrito Federal possui 794.092 imóveis residenciais, menos de metade dos quais com escritura definitiva. Há cidades inteiras, como Estrutural, Itapoã, Jardim Botânico, São Sebastião e Vicente Pires em que não há um único imóvel com escritura em nome do ocupante. Noutras, como Paranoá e Sobradinho II, a escrituração é quase inexistente ou muito baixa.

Além disso, existem os condomínios horizontais e setores inteiros de nossas cidades que, há anos, esperam pela regularização, a fim de possibilitar que os proprietários de fato também o sejam de direito.

Em razão desses fatos, é que o atual Governo não tem medido esforços para regularizar a situação jurídica dos bens imóveis que pertencem, de fato, a essas pessoas. Por isso, além da Secretaria de Habitação, Regularização e Desenvolvimento Urbano, foi criada a Secretaria de Condomínios, com a missão de fazermos uma verdadeira cruzada pela regularização. Essa última Secretaria, aliás, adveio de sugestão dessa Casa.

Na estruturação jurídica, medidas como atualização do PDOT, Lei de Uso e Ocupação do Solo, Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília, isenção e remissão de tributos para a CODHAB e TERRACAP (Lei 4.997/2012) e Lei de

PROTOCOLO LEGISLATIVO
PROC. Nº 3.2 / 2013
FIS. Nº 15 RITA



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Regularização Fundiária (Lei 4.996/2012) são exemplos das bases sólidas com que estamos trabalhando nessa cruzada.

Nos programas de governo, destacam-se o programa Regularizou, É Seu, e o Mutirão das Escrituras.

Pelo primeiro, o Governo pretende alcançar condomínios, cidades, parte de cidades, terrenos de templos e entidades de assistência social, terras rurais, além da entrega de escrituras para quem já mora em áreas regularizadas, mas ainda não têm o documento definitivo do seu imóvel.

Já está em andamento a regularização de áreas de interesse social como a Vila DNOCS, em Sobradinho, o Setor Habitacional Sol Nascente Trecho I, Cidade Estrutural, Vila Rabelo e Setor Habitacional Bunitis.

Pelo Mutirão das Escrituras, apesar das dificuldades jurídicas para viabilizar esse intento, já foram entregues mais de três mil escrituras em Ceilândia, Santa Maria, Recanto das Emas e Samambaia.

A fim de facilitar a regularização das moradias, o atual Governo assinou convênio com a Associação dos Notários e Registradores (ANOREG/DF), o que reduz as despesas com cartório de R\$ 1.214,85 para R\$ 197,74 para o cidadão.

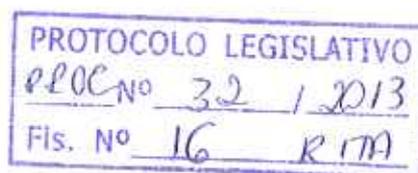
Essas iniciativas cumprem uma etapa de compromissos do atual Governo, que é de dotar o Distrito Federal de legislações e ações estáveis e permanentes.

Entretanto, além de cuidar da regularização dos imóveis já existentes, o atual Governo lançou o programa Morar Bem, com o objetivo de financiar a moradia própria — subsidiados pelo programa Minha Casa, Minha Vida do Governo Federal. Os apartamentos e casas financiados serão construídos em áreas do GDF em bairros com rua asfaltada, água encanada, luz e escritura.

Até 2014, pretendemos alcançar 100 mil oportunidades habitacionais de interesse social à população do DF. Já foram lançadas, até o final de 2012, mais de 70 mil, nas cidades de Samambaia, Gama, Santa Maria, Sobradinho, Recanto das Emas, Paranoá, Riacho Fundo II, Planaltina e Itapoã, além de Jardins Mangueiral — uma Parceria Público-Privada — e Riacho Fundo II 4ª Etapa, que é uma parceria entre o Governo Federal, o GDF e a Associação Pró-Morar do Movimento Vida de Samambaia (AMMVS).

O primeiro contrato do Morar Bem foi assinado em 4/12/2012, no Palácio do Planalto com a presença da Presidenta Dilma Rousseff. Nessa data, foi assinado com a Caixa Econômica Federal o contrato de financiamento para a construção do projeto habitacional Paranoá Parque.

Serão 6.240 moradias destinadas às famílias com renda mensal de até R\$ 1,6 mil. Esse é o primeiro empreendimento destinado a este grupo de beneficiários de baixa renda no âmbito do programa Minha Casa, Minha Vida no Distrito Federal. A entrega das primeiras unidades habitacionais será iniciada no segundo semestre de 2013.





GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Em 2012, foram convocados 53.285 candidatos e, destes, 26.030 já foram habilitados e estão prontos para formalizar a aquisição da casa própria.

O Governo também está ocupado na preservação de Brasília como patrimônio cultural da humanidade. Além do Projeto de Lei Complementar em tramitação nessa Casa, 2012 foi o Ano de Valorização de Brasília, em comemoração dos 25 anos de tombamento.

6) Transporte Público e Sistema Viário

As mudanças estruturais no sistema de transporte público e no sistema viário são o grande desafio do presente. O descaso com que esse assunto foi tratado ao longo dos anos, com soluções paliativas e pontuais, é que gerou a demora nos deslocamentos das residências para o trabalho e vice-versa.

A reestruturação completa do sistema está em curso, a partir das ações fundamentadas na Lei federal de Mobilidade e no Plano Diretor de Transportes Urbanos do Distrito Federal – PDTU/DF, que redefiniram a atuação do Governo nos aspectos atinentes à infraestrutura viária e de apoio operacional aos transportes coletivos, aos veículos não motorizados e à melhoria de gestão, fundamental ao desempenho responsável da máquina governamental.

Com essas redefinições, que contaram com a aprovação dessa Casa ainda no início de 2011, o atual Governo está promovendo várias medidas de médio e longo prazos, cujos efeitos de melhoria nos transportes urbanos e, por via de consequência, na mobilidade, em breve serão percebidos por toda a população.

Algumas dessas medidas já foram executadas; outras estão em execução; e outras estão em fase de planejamento.

Nessa área, uma das medidas mais importantes e também a mais difícil foi a licitação dos ônibus, a partir de um modelo novo, por bacias, e substituição de quase toda a frota por veículos novos e com acessibilidade universal.

Foram muitas as liminares judiciais e decisões no TCDF que o atual Governo teve de enfrentar. No entanto, apesar de tudo, já foram assinados os contratos com os vencedores de duas bacias: a bacia nº 2, com 640 ônibus, que vai operar as regiões do Gama, Paranoá, Santa Maria, São Sebastião, Candangolândia, Lago Sul, Jardim Botânico, Itapoã e parte do Park Way; a bacia nº 5, com 576 ônibus, que vai operar nas regiões de Brazlândia, Ceilândia (parte), SIA, SCIA, Vicente Pires e Taguatinga (parte).

As bacias de nº 1, 3 e 4 tiveram licitação reaberta, por falta de empresas habilitadas na primeira licitação. A bacia nº 1 vai atender as regiões de Brasília, Sobradinho, Planaltina, Cruzeiro, Sobradinho II, Lago Norte, Sudoeste/Octogonal, Varjão e Fercal; a de nº 3, as regiões de Núcleo Bandeirante, Samambaia, Recanto das Emas, Riacho Fundo I e II; a de nº 4, as regiões de Taguatinga (parte), Ceilândia (parte), Guará, Águas Claras e Park Way.





GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Paralelamente à licitação dos ônibus, já estão em pleno funcionamento algumas faixas exclusivas para ônibus em várias vias do Distrito Federal, o que permite diminuir o tempo de deslocamento dos que se utilizam do transporte público coletivo de passageiros.

No início deste ano, também começou a ser implantado o sistema de integração de algumas linhas que operam nas regiões de Ceilândia e Taguatinga para o Plano Piloto, Guará, Octogonal, Núcleo Bandeirante e Rodoviária Interestadual.

Na expansão da infraestrutura, a implantação dos Corredores de Transporte Sul, Norte e Oeste, contemplados com recursos federais, em especial no PAC – Mobilidade Grandes Cidades, vai trazer mudanças efetivas e eficientes no transporte público.

O Corredor Sul está com as obras em plena execução; o Corredor Norte está na fase de execução dos projetos básico e executivo. O Corredor Oeste também deve ter início em breve.

A expansão e a modernização do Metrô, também contempladas no PAC – Mobilidade Grandes Cidades, é outro exemplo dos investimentos que o Distrito Federal vem fazendo para mudar o transporte urbano de nossas cidades e melhorar as condições de mobilidade de nossa população. Com isso, já estão contratados os projetos básico e executivo de extensão de 7 quilômetros de linhas nas localidades de Samambaia, Ceilândia e Asa Norte.

Para a realização da Copa do Mundo de Futebol de 2014, já está contratada a obra de ampliação da capacidade da Via DF-047, que dá acesso do Aeroporto ao Eixo Rodoviário Sul e aos Setores Centrais da Cidade.

Como alternativa ao transporte motorizado, está sendo construída pelo atual Governo uma malha cicloviária que deve chegar a 266 Km em 2014, com investimentos da ordem de R\$ 66 milhões.

Na prestação dos serviços de táxis, estão sendo tomadas várias iniciativas para melhorar os serviços. Além de uma nova lei, cujo projeto se encontra tramitando nessa Casa, será implantado estacionamento com 800 vagas em área do Aeroporto Internacional de Brasília, e já foram treinados e capacitados cerca de 3.000 taxistas, com vistas à prestação diferenciada de serviços por ocasião da Copa das Confederações e Copa do Mundo de 2014.

Entre outras ações realizadas, em curso ou em fase de planejamento, podem ser ainda destacadas:

a) reforma e ampliação do Terminal de Ônibus do Setor O em Ceilândia, com previsão de término para início de 2013;

b) licitação para a reforma de 9 terminais de ônibus nas localidades de Ceilândia (Setor P Sul), Taguatinga (Setor M Norte), Taguatinga Sul, Guará I, Guará





GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

II, Núcleo Bandeirante, Paranoá, Planaltina e Cruzeiro Novo, com previsão de término em dezembro de 2013;

c) licitação para a construção de 8 terminais de ônibus nas localidades do Gama Leste, Ceilândia (QNR), Sobradinho II, Recanto das Emas (2), Samambaia Norte, Samambaia Sul e Riacho Fundo II, com previsão de término em outubro de 2014;

d) licitação para a construção de mais 32 km de ciclovias em vias internas: Brazlândia, Planaltina e São Sebastião, com previsão de término para dezembro de 2013;

e) implantação e substituição de 2.983 placas de sinalização e endereçamento;

f) troca das 12 escadas rolantes da Rodoviária do Plano Piloto, já concluída; troca de 6 elevadores dessa Rodoviária, em andamento; e instalação de monitores multimídia;

g) licitação do projeto executivo para construção de passagens subterrâneas no Eixo Rodoviário;

h) licitação para construção de Terminal de Integração Asa Norte, que permitirá a integração operacional e tarifária com a racionalização do número de linhas entre o Distrito Federal e os Municípios do Entorno, proporcionando facilidade, conforto, segurança e rapidez para os usuários dos serviços de transporte público coletivo;

i) Terminal de Integração da Park Way: integração das linhas que vêm do Eixo Sudoeste (Guará, Riacho Fundo, Núcleo Bandeirante), do Eixo Sul (Gama e Santa Maria) e dos Municípios do Entorno Sul, com destino ao Eixo Leste (Lago Sul, Lago Norte, Paranoá e Aeroporto), que está em fase de contratação para elaboração do projeto executivo;

j) implantação no DF do Sistema de bicicletas públicas;

k) implantação do anel viário, com o objetivo de racionalizar o tráfego de veículos pesados nas vias centrais do DF, inibir o tráfego de carretas pela Barragem do Paranoá (aterro construído em 1959 para veículos leves) e fomentar o desenvolvimento econômico de microrregiões próximas ao Entorno e de cidades polos como Formosa, Unai, Cristalina, Luziânia e Alexânia.

Estamos também ultimando a contratação de parceria público-privada para a implantação de novos estacionamentos, especialmente o da Esplanada dos Ministérios. Além disso, estão em estudos projetos para construir novos estacionamentos em todo o Plano Piloto.

7) Obras, Infraestrutura e Investimentos





GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Os expressivos e históricos crescimentos demográficos e econômicos do Distrito Federal exigem a adequada infraestrutura, em tempo hábil, para que sejam suportadas as demandas básicas da população. A cidade não para. Os adensamentos e expansões urbanas resultam em necessidades de manutenções e aprimoramentos de estruturas existentes, e os novos loteamentos, conjuntos habitacionais, áreas industriais e setores comerciais reclamam a atenção permanente do Governo, com relação às ofertas de saneamento básico, acessibilidade, energia, iluminação e implantação de diversos outros equipamentos públicos.

Assim, se na dimensão social que emerge do sistema de infraestrutura urbana, estamos trabalhando incansavelmente para oferecermos melhores condições de moradia, trabalho, saúde, educação, cultura, lazer e segurança, no aspecto econômico, procuramos assegurar os meios necessários para o incentivo das atividades de produção e comercialização de bens e serviços. Por outro lado, estamos atentos ao desenvolvimento das atividades político-administrativas, razão pela qual temos investido nas estruturas que acolhem os órgãos governamentais e possibilitam as atividades de gestão pública da cidade.

No início do atual Governo, encontramos o urbanismo das Regiões Administrativas em completo abandono. Além da demanda reprimida relativa a obras essenciais, praticamente inexistiam as manutenções das redes de águas pluviais, áreas verdes, calçadas e vias. Durante o ano, retomamos a normalidade; em 2012, os serviços encontram-se estabilizados.

Em todas as Regiões Administrativas do Distrito Federal, foram desobstruídos, reconstruídos e implantados o equivalente a 35.000 metros de rede de águas pluviais; executadas obras e manutenções em cerca de 680.000.000 m² de áreas verdes e 950.000 m² de canteiros ornamentais; implantados 139.000 m² de calçadas, 250.000 metros de meios-fios e 230.000 m² de pavimentação asfáltica.

O recapeamento e a manutenção de vias e logradouros públicos em 2012 exigiram investimentos na ordem de R\$ 153 milhões.

Nos logradouros e edificações públicas, também houve muitos investimentos do Governo em 2012:

a) inauguração da Torre de TV Digital, com investimentos no montante de R\$ 76 milhões, dotando o Distrito Federal com o principal componente estrutural para redimensionar o setor de comunicações;

b) conclusão do Minicentro Olímpico de Sobradinho e dada continuidade a mais duas unidades (Ceilândia e Planaltina), com conclusões previstas para o primeiro semestre de 2013, perfazendo um investimento total de R\$ 24 milhões;

c) inauguração da Unidade de Ensino e Docência e a Unidade Acadêmica da UnB, na Região Administrativa de Ceilândia;





GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

d) implantação de 180 Pontos de Encontro Comunitário e programadas as implantações de mais 280 unidades em 2013, com investimentos no valor de R\$ 9 milhões;

e) execução de obras contemplando dezenas de praças, feiras, estacionamentos, quadra poliesportivas, passarelas para pedestres e pontes, além de outras intervenções urbanas;

f) execução de 3 empreendimentos integrantes do sistema de abastecimento de água e 7 empreendimentos do sistema de esgotamento sanitário, num total de R\$ 173 milhões investidos.

Sobre a água potável e esgotamento sanitário, os índices de qualidade são satisfatórios. No Distrito Federal, foram alcançados níveis correspondentes a 99% de abastecimento e 94% de coleta de esgotos, dos quais, 100% são tratados.

Para 2013, estão previstos investimentos da ordem de R\$ 400 milhões nas obras de abastecimento de água e esgotamento sanitário, em todas as regiões administrativas do Distrito Federal.

Sobre o abastecimento de águas e implementação de esgoto, cadastramos nossos projetos junto ao Ministério das Cidades na 3ª seleção de projetos do Programa de Aceleração do Crescimento do Governo Federal. Há a expectativa de serem conseguidos cerca de R\$ 590 milhões do Orçamento da União.

No campo da energia elétrica, o sucateamento do sistema de distribuição deixado pelos Governos anteriores tem tido reflexos negativos para a população. Nessa área, não há improviso. É um desafio do atual Governo recuperar totalmente o sistema de distribuição de energia.

Em apenas dois anos, já foram investidos cerca de R\$ 230 milhões no sistema elétrico, o maior valor já destinado por um governo para esse setor. Parte desses recursos decorrem da aprovação da Lei 4.962/2012 por essa Casa.

Com esses investimentos, estão sendo construídas ou ampliadas 12 subestações de energia, ao mesmo tempo em que estão sendo implantados dezenas de quilômetros de redes de distribuição. Algumas dessas obras já foram inauguradas, como as subestações do Gama e Bandeirante Sul e as linhas de distribuição Santa Maria/Mangueiral e Samambaia/Bandeirante Sul. Importante destacar que estas linhas de distribuição, já em pleno funcionamento, permitem alimentar o Plano Piloto e outras regiões do DF por meio de três fontes de energia (Corumbá III, Corumbá IV e o Sistema Interligado), melhorando significativamente a qualidade do fornecimento, sob os aspectos de regularidade, confiabilidade e segurança.

No que toca à iluminação pública, foram investidos R\$ 12 milhões em 2011 e perto de R\$ 29 milhões em 2012. Para 2013, estão previstos investimentos de R\$ 50 milhões.

Ainda merecem ser destacadas as obras de grande porte conduzidas pelo atual Governo. Entre elas, podem ser citadas:





GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

a) Construção do Estádio Nacional de Brasília Mané Garrincha, que representa uma das mais importantes expressões do legado trazido para o Distrito Federal pela Copa do Mundo de Futebol. A previsão é que a obra seja inaugurada em 21 de abril deste ano e será o palco dos jogos da Copa das Confederações ainda neste ano.

b) Construção do Centro Administrativo do Distrito Federal, na Região Administrativa de Taguatinga, que irá abrigar 15.000 servidores de vários órgãos e entidades do Governo do Distrito Federal. A meta é que tudo esteja concluído em 2014.

c) Início em breve das obras do Sistema Produtor de Água de Corumbá IV, no âmbito do programa Saneamento para Todos, com financiamento da Caixa Econômica Federal e investimentos da ordem de R\$ 180 milhões.

d) Início em 2013 de ampliação e melhora das obras de drenagens pluviais por meio do programa de Gestão das Águas e Drenagem Urbana do Distrito Federal, com custo estimado em US\$ 205 milhões e financiamento internacional pelo Banco de Desenvolvimento da América Latina, o CAF, no montante de US\$ 60 milhões.

e) Obras de infraestrutura de drenagem e pavimentação no Setor Habitacional Sol Nascente, na Ceilândia, cujo valor alcança, aproximadamente, R\$ 300 milhões, contando com financiamento de R\$ 150 milhões, do programa Federal Pró-Moradia, no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC. As contratações para execuções de tais obras ocorrerão em 2013.

Em resumo, para 2013, nossas expectativas são as melhores possíveis, especialmente porque, conforme aprovação por essa Casa, a Lei Orçamentária Anual prevê R\$ 3,7 bilhões de investimentos, bem acima do patamar atual de R\$ 1,5 bilhão.

Nosso trabalho conjunto com o Governo Federal tem possibilitado trazer importantes recursos para a Capital da República, muitos dos quais já foram aprovados; outros estão em adiantado processo de negociação, conforme segue.

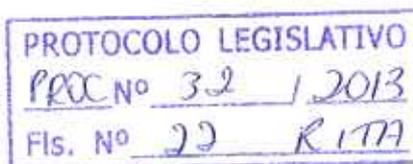
a) captação de recursos do PAC – Mobilidade Grandes Cidades: Eixo Sul, Eixo Oeste e Expansão do Metrô no valor total R\$ 2,21 bilhões;

b) protocolo em 2012, para realização em 2013, de solicitação de recursos do PAC Pavimentação e Qualificação de Vias no valor de R\$ 1,17 bilhão;

c) recursos referentes a 57 Emendas/Transferências voluntárias no Sistema de Convênios da União – SICONV no valor total de R\$ 161,4 milhões;

d) operações de crédito contratadas em 2012:

d.1) PEF II, Programa Emergencial de Financiamento aos Estados e ao Distrito Federal, com objetivo de aquisição de trens, equipamentos e peças; modernização tecnológica da frota e dos sistemas atuais do Metrô e construção de terminais para passageiros de ônibus no valor de R\$ 41,4 milhões;





GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

- d.2) aporte de capital na CEB no valor de R\$ 160 milhões;
- d.3) CPAC, Programa de Contrapartida de Infraestrutura para o Programa Minha Casa Minha Vida no valor de R\$ 45 milhões;
- d.4) Eixo Sul, programa destinado à construção das vias exclusivas e terminais do BRT SUL, ligando Santa Maria e Gama ao Plano Piloto no valor de R\$ 785,3 milhões;
- e) protocolo na STN com previsão de contratação para 2013 das seguintes operações:
- e.1) PROINVESTE, programa destinado a investimentos em mobilidade urbana, no valor de R\$ 311,1 milhões;
- e.2) PROCIDADES, operação de crédito internacional com o BID destinada a investimentos para as Áreas de Desenvolvimento Econômico do DF no valor de US\$ 71,4 milhões;
- e.3) PRODEFAZ/PROFISCO, operação de crédito internacional com o BID e destinada a investimentos para o desenvolvimento e modernização da área fiscal do DF no valor de US\$ 31,9 milhões;
- f) previsão para 2013 das seguintes operações:
- f.1) Programa de Financiamento de Contrapartida do PAC – CPAC, destinado a implantação de infraestrutura ao programa Minha Casa Minha Vida – CPAC, no valor de R\$ 485,4 milhões;
- f.2) Programa de Reabilitação Urbanística de Vias do Distrito Federal: 1ª Fase no valor de R\$ 360,3 milhões; 2ª Fase no valor total de R\$ 313,4 milhões;
- f.3) Programa de Inclusão Social e Coleta Seletiva de Lixo no valor de R\$ 23 milhões;
- f.4) Brasília Sustentável II, para a melhoria dos recursos hídricos do DF no valor de US\$ 150 milhões;
- f.5) Programa Rural Sustentável destinado ao desenvolvimento rural no valor estimado de US\$ 140 milhões;
- f.6) Programa de Esporte para o Desenvolvimento: investimentos na inclusão social por meio dos centros olímpicos do DF no valor estimado de US\$ 1,5 milhão por projeto.

8) Administração Pública

O conjunto de medidas que estamos adotando para trazer benefícios para nossa população depende de uma Administração Pública eficiente, capacitada e com servidores públicos motivados para o exercício de suas funções.





GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

É do trabalho de nossos servidores que as políticas públicas se concretizam e que os investimentos chegam até a população. Por isso, estamos atuando para termos no Distrito Federal instrumentos modernos de gestão, com uma estrutura administrativa ágil e suficiente para atender bem às nossas pessoas.

Como exemplos, basta lembrar o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Distritais e a Lei Geral dos Concursos. Esta foi a primeira grande lei introduzida no País sobre a matéria; aquele foi o primeiro em 50 anos de Brasília, pois até então usava-se o regime público dos servidores públicos federais.

É com esse olhar sobre o futuro que os órgãos e entidades que compõem a estrutura administrativa do Distrito Federal estão orientados para propiciar:

- a) a qualidade na prestação dos serviços ao cidadão e a transparência dos atos de sua gestão;
- b) a promoção do desenvolvimento humano, social, econômico e ambientalmente sustentável;
- c) o bem-estar da coletividade, a harmonia de suas relações e a dignidade da pessoa humana;
- d) a participação social e a democratização das informações;
- e) a tempestividade nas suas decisões e a simplificação dos procedimentos;
- f) a eficiência, eficácia e economicidade na gestão dos recursos humanos, orçamentários, financeiros e patrimoniais que lhe são afetos;
- g) a observância estrita dos princípios constitucionais aplicáveis à Administração Pública.

Para ter uma administração pública mais bem qualificada, já foram contratados, nestes dois últimos anos, 14.240 servidores concursados e pretendemos continuar nessa linha, profissionalizando-a nos próximos dois anos.

Também estão sendo tratadas com muita atenção as reivindicações por melhorias salariais dos nossos servidores. As demandas são muitas e, além das limitações orçamentárias e financeiras, estamos quase no limite das despesas permitidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Mesmo assim, conseguimos atender a diversas categorias, como dos policiais militares, policiais civis e bombeiros militares (15,8%, na mesma forma da área federal), a dos professores, com aumento de 13,83% em 2011 e mais R\$ 200,00 de auxílio à saúde, da assistência à saúde (incorporação da GATA), dos auditores de controle externo e dos auxiliares de educação.

É preocupante, porém, o quadro de despesas com pessoal em face da Lei de Responsabilidade Fiscal. Essas despesas, ao longo dos anos, têm crescido mais do que a receita corrente líquida, conforme pode ser visto pelo quadro abaixo:





GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

GDF: despesas com pessoal				
Ano	A = RCL	B = Despesa Líquida	C = Inativos e pensionistas (fonte 206)	% (B/A)
2000	3.209.332.013,88	853.215.749,06	143.906.811,48	26,59%
2001	3.421.111.796,02	1.160.680.284,89	152.615.253,44	33,93%
2002	3.988.518.249,39	1.293.431.000,00	219.985.000,00	32,43%
2003	4.467.483.359,09	1.488.573.380,88	264.128.846,37	33,32%
2004	5.309.061.477,34	1.619.777.518,17	342.695.775,30	30,51%
2005	6.149.618.267,35	2.148.890.534,97	451.527.532,85	34,94%
2006	6.969.806.703,08	2.870.979.036,91	565.582.765,18	41,19%
2007	8.165.043.021,97	2.961.890.568,18	720.426.732,20	36,28%
2008	9.626.476.275,59	4.083.937.686,77	796.096.762,02	42,42%
2009	10.254.998.540,21	4.455.744.037,23	1.000.452.171,66	43,45%
2010	11.485.148.499,11	4.984.004.875,72	1.145.419.497,47	43,40%
2011	12.859.741.832,57	5.928.304.823,76	1.357.943.354,61	46,10%
2012	14.312.436.247,00	6.437.046.085,14	1.238.566.467,73	44,98%

O atual Governo já tomou algumas medidas que têm permitido a redução quadrimestre a quadrimestre. É uma redução lenta, motivada em grande parte pelo chamado crescimento vegetativo da folha de pagamento, que está em torno de 3,5% ao ano. Nenhuma medida agressiva, porém, foi tomada, pois entendemos que os direitos dos servidores públicos – trabalhadores que são – precisam ser respeitados.

A conta dos inativos e pensionistas também está crescendo acima do crescimento da receita corrente líquida. Conforme avaliação atuarial enviada a essa Casa junto com o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para o corrente exercício, há menos de 2 servidores na ativa para cada aposentado ou pensionista vinculados ao Fundo Financeiro do IPREV. E isso traz sérias preocupações para o financiamento do regime próprio de previdência de nossos servidores.

Esse quadro, associado aos limites impostos pela LRF, tem limitado a contratação de novos servidores, mas mesmo assim estamos trabalhando para aumentar a força de trabalho do Poder Executivo.

Nos contratos com a Administração Pública, diversamente das práticas anteriores, estamos trabalhando para dar efetividade à Lei das Licitações no Distrito Federal. Vários contratos já foram revistos e mais de R\$ 20 milhões foram economizados com a revisão de contratos corporativos de vigilância, limpeza e conservação. Também foi gerada uma economia aproximada de R\$ 73 milhões com as modificações na gestão da tecnologia da informação.





GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

No planejamento do Governo, o novo modelo de Plano Plurianual adotado para o Distrito Federal, além de permitir a visualização rápida de todos os Programas, passou a exigir do agente público maior cautela e cuidado ao promover alterações tanto no planejamento quanto no orçamento. O acompanhamento da execução das ações decorrentes deste Plano, por sua vez, exigiu maior proximidade dos órgãos de planejamento com os órgãos de execução.

Também estão em curso as obras do Centro Administrativo, com entrega de 40% em 2013 e 60% em 2014, o que vai permitir ao Distrito Federal abrigar num mesmo espaço cerca de 15 mil servidores públicos, com melhorias significativas para diversas áreas do Governo.

9) Transparência e controle

No campo da transparência e controle, temos avançado muito, pois entendemos que a informação é um direito fundamental do cidadão e por isso temos o objetivo precípuo de oferecer à sociedade distrital uma gestão governamental comprometida, eficiente, transparente, participativa e ética.

Logo no início do atual Governo, foi lançado o Plano de Transparência e Combate à Corrupção, abrangendo medidas relacionadas às ações em todo o Governo do Distrito Federal, que foram subdivididas em cinco áreas de atuação: aumento da transparência; combate à corrupção; aperfeiçoamento da gestão; ampliação dos instrumentos de combate e prevenção da corrupção; e fomento à ética e à participação da sociedade.

Para que a democratização das informações seja alcançada e haja controle social das despesas públicas, o atual Governo vem desenvolvendo novas metodologias e ferramentas que garantam a transparência, o bom uso dos recursos públicos e o combate à corrupção de uma forma simples, clara e objetiva. Nesse sentido, o portal da transparência tem sido um instrumento poderoso de divulgação dos dados e informações governamentais.

Na institucionalização das medidas jurídicas necessárias à efetivação de políticas públicas de transparência e controle, o Distrito Federal evoluiu muito, merecendo especial destaque:

- a) a vedação ao nepotismo (Decreto nº 32.751, de 4/2/2011);
- b) a adoção dos critérios da Lei da ficha limpa (Emenda à Lei Orgânica nº 60/2011);
- c) a reformulação e redefinição completa das infrações disciplinares e do processo administrativo disciplinar (Lei Complementar nº 840, de 23/12/2011);
- d) o acesso à informação (Lei nº 4.990, de 12/12/2012);
- e) o sistema de gestão de ouvidoria (Lei nº 4.896, de 31/7/2012);





GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

- f) o novo sistema de correção (Lei nº 4.938, de 19/9/2012);
- g) as normas sobre processamento das tomadas de contas especiais (Instrução Normativa nº 05, de 7/9/2012); etc.

Nos aspectos atinentes aos controles, também muita coisa tem sido realizada no atual Governo, quer em relação às práticas administrativas dos agentes públicos, quer em relação aos fornecedores de bens e serviços para a Administração Pública.

As ações constantes do atual Governo no controle e na transparência são indispensáveis para que os desmandos do passado não mais se repitam na Capital da República.

Associado à transparência e ao controle, o atual Governo tem buscado institucionalizar a participação social nas decisões do Governo para a formulação de suas políticas públicas. A realização de conferências nas diversas áreas de atuação governamental, a efetiva atuação dos conselhos com participação de membros da sociedade civil, as reuniões do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social e o orçamento participativo são exemplos de como a sociedade pode ser envolvida e sentir-se copartícipe das decisões que irão influenciar suas vidas e seu futuro.

10) Desenvolvimento Social e Cidadania

O atual Governo tem reforçado as políticas públicas para o desenvolvimento social e a cidadania, nesse esforço conjunto com o Governo Federal para eliminarmos no Brasil a extrema pobreza e melhorarmos as condições de vida das pessoas menos favorecidas economicamente.

A estrutura governamental para fazer face a esse desafio tem implementado os mais diversos programas e ações efetivas e, com isso, conseguido expressivos resultados nos dois anos de nosso Governo.

O programa DF Sem Miséria, aprovado por essa Casa, é exemplo de integração das ações e políticas para erradicação da pobreza, promoção da cidadania e garantia de acesso aos serviços públicos. Com a unificação das bases cadastrais dos beneficiários do programa, foram incluídas 22,5 mil novas famílias. Atualmente, o GDF complementa os benefícios pagos pelo Governo Federal a 33 mil famílias.

Associadas ao DF Sem Miséria, foram tomadas iniciativas que contribuem expressivamente para a valorização da renda das pessoas assistidas nesse programa e para outras pessoas de baixa renda:

- a) redução da conta de energia e isenção da contribuição de iluminação pública para quem gasta até 80Kw/mês;
- b) ampliação em 75% dos repasses às entidades sociais que atendem mais de 4 mil crianças;





GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

c) inauguração de dois novos restaurantes comunitários (Sobradinho e Riacho Fundo II);

d) inauguração de 3 novos Centros de Referência de Assistência Social (Sobradinho, Sol Nascente e Estrutural);

e) inauguração do Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua; etc.

Nos trabalhos de assistência às crianças e aos adolescentes, o atual Governo herdou vários problemas que, aos poucos, estão sendo solucionados. Entre eles está a necessidade de reformulação no apoio à atuação dos Conselhos Tutelares e a implementação de novo modelo para abrigo de adolescentes que cumprem medidas socioeducativas, especialmente porque o Centro de Atendimento Juvenil Especializado precisa ser desativado. Em seu lugar, serão construídas unidades de internação em diversas cidades, descentralizando o atendimento e mantendo o interno mais próximo da residência de suas famílias.

Paralelamente a essa nova rede de internação socioeducativa, estão sendo tomadas medidas para que os adolescentes possam estar preparados para uma correta reinserção na sociedade. Nesse sentido, é meta do atual Governo transformar as escolas que funcionam na internação em unidades escolares e, ao mesmo tempo, ofertar cursos de qualificação profissional para esses adolescentes, em parceria com diversas instituições especializadas para essa finalidade.

Pretendemos também instituir o Plano Distrital pela 1ª Infância, pois entendemos de fundamental importância cuidar bem das nossas crianças, pois é nelas que depositamos as esperanças de um futuro melhor para as cidades do Distrito Federal. No que depender do atual Governo, não haverá espaço para a violência contra as crianças e adolescentes, para o trabalho infantil ou para sua exploração sexual.

Na assistência jurídica, quer para o acesso a Justiça, quer para orientação ao exercício da cidadania, o atual Governo transformou o Centro de Assistência Judiciária em Defensoria Pública, o que trará mais autonomia ao órgão que atende de forma integral e gratuita a população carente do Distrito Federal. Em 2012, a nossa Defensoria atendeu mais de 430 mil pessoas.

Nos aspectos atinentes à justiça e direitos humanos, estamos enfrentando, com sucesso, o desafio de melhorar os serviços prestados. Por isso, são estratégicos para o atual Governo os projetos de modernização do Atendimento Imediato ao Cidadão – NA HORA, o enfrentamento ao uso de *crack* e outras drogas ilícitas, o fortalecimento do programa de proteção às vítimas de violência – Pró-Vítima; as políticas públicas para as pessoas com deficiência; o enfrentamento ao tráfico de pessoas; e a modernização do PROCON.

Esse conjunto de medidas adotadas e em plena execução recebeu recursos da ordem de R\$ 376,0 milhões, com destaque para as ações de complementação do benefício do Programa Bolsa-Família, que atingiu o valor de R\$ 84,5 milhões; ações





GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

complementares ao Programa de Transferência de Renda, no valor de R\$ 9,0 milhões; fornecimento de refeições nos restaurantes comunitários no valor de R\$ 30,4 milhões.

Em 2013, os gastos agregados na mesma função estão estimados em R\$ 686,7 milhões.

11) Desenvolvimento Econômico

O desenvolvimento econômico de nossas cidades é reflexo de todo um conjunto das atividades estatais, especialmente numa unidade federativa como o Distrito Federal, concebido para ser sede dos Poderes da República, das representações diplomáticas e dos principais organismos internacionais com representação no País.

Cientes de que o Poder Público é um indutor do desenvolvimento econômico e diante das inúmeras oportunidades de investimentos oferecidos pelo Governo Federal, o atual Governo incumbiu a Casa Civil de ser responsável pela gestão do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) no DF, pois, segundo o último balanço feito pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, o investimento desse programa em nossas cidades totaliza cerca de R\$ 14,6 bilhões, sendo R\$ 12,72 bilhões nos anos de 2013 e 2014.

Parte desses recursos serão aplicados diretamente pelo Governo Federal ou suas entidades; outra parte significativa será repassada para aplicação pelo próprio Distrito Federal. São 170 empreendimentos divididos em seis eixos: transportes, energia, cidade melhor, comunidade cidadã, minha casa minha vida, água e luz para todos.

Esse conjunto de recursos movimenta a economia local, pois o Governo depende da contratação de empresas para realizar os empreendimentos e fornecer os insumos e serviços necessários à sua execução.

Para o fortalecimento das empresas do Distrito Federal, o atual Governo lançou, no início deste ano, o IDEAS INDUSTRIAL e o IDEAS COMÉRCIO E SERVIÇOS, além dos incentivos fiscais ao setor atacadista.

Também estão sendo elaboradas medidas efetivas para emissão de alvarás e desburocratização das relações empresariais com o Governo.

A Lei das Micro e Pequenas Empresas, a Lei da economia solidária, a regularização das feiras, da CEASA, das atividades comerciais da Rodoviária, Galeria dos Estados e Mercado das Flores são exemplos do apoio efetivo do atual Governo na busca de apoio aos segmentos que desenvolvem a economia de nossas cidades.

Na agricultura e abastecimento, as ações do Governo têm sido decisivas para a melhoria da qualidade dos produtos ofertados e para a capitalização do homem do





GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

campo, especialmente em razão dos programas voltados para aquisição de produtos agrícolas, que movimentou mais de R\$ 4 milhões em 2012.

Só o Governo, por meio de suas compras, adquiriu e distribuiu mais de 1,5 mil toneladas de alimentos, beneficiando cerca de 30 mil pessoas, numa integração entre o desenvolvimento da agricultura familiar e os programas sociais do Governo.

No desenvolvimento do turismo, elaboramos a Lei 4.883/2012, fixando a política para o setor, especialmente porque a cidade será movimentada extraordinariamente em 2013 e 2014 com os eventos esportivos da Copa das Confederações e Copa do Mundo de Futebol, além de inúmeros outros eventos de pequeno e médio porte que pretendemos trazer para o Distrito Federal.

No ano de 2012, o atual Governo efetivou ações de promoção e comunicação com foco nos principais mercados emissores de turistas no cenário nacional e também com foco no público formador de opinião de outras nações: jornalistas especializados e operadores turísticos que vendem os pacotes ao público consumidor.

Para isso, foram realizadas campanhas em outros Estados da Federação para promover Brasília como Capital do País. E, ao mesmo tempo, foram feitas campanhas internas para criarmos a consciência de que o turista precisa ser sempre bem recebido por todos nós.

12) Meio Ambiente e Recursos Hídricos

O atual Governo também trabalha para implementar medidas com vistas à preservação do meio ambiente e dos recursos hídricos, pois entende que isso é indispensável para a sustentabilidade de nossas cidades.

Estamos implantando uma nova política de resíduos sólidos. Foram aprovadas por essa Casa as Leis nº 4.704/2011 e 4.948/2012, que fixam as bases jurídicas para implementação dessa política.

Também foi aprovado pelo atual Governo o Plano de Intervenção de Gestão de Resíduos Sólidos e tomada a decisão de desativar o Lixão da Estrutural, que deve ocorrer ainda neste ano, assim que houver a conclusão das obras para implantação do aterro sanitário de Samambaia e do contrato da parceria público-privada.

Diariamente são recolhidas cerca de 2,6 mil toneladas de resíduos sólidos. Apenas 3% disso advêm da coleta seletiva. Temos de melhorar esse processo, com vistas à reciclagem. Nesse sentido, entre as medidas que estão em curso, merece destaque a construção de 22 centros de triagem para cooperativas de catadores (12 por execução direta, em parceria com o Governo Federal, e 10 pela PPP) e de 30 ecopontos, destinados a receber pequenas quantidades de resíduos recicláveis.

Além disso, estamos apresentando o Projeto Caminho das Águas, com o objetivo de recuperar as margens de córregos, por meio da replantação das matas





GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

ciliares e infraestrutura que permita às pessoas conviverem com esses cursos d'água, sem degradá-los. Estamos também trabalhando o programa O Descoberto Coberto com o objetivo de preservar o principal manancial de captação de água para as cidades do Distrito Federal.

O atual Governo também continua com a meta de implantar e revitalizar 71 parques e 22 unidades de conservação, com vistas a dar efetividade ao programa Brasília, Cidade Parque.

13) Emprego, Renda e Oportunidades

O conjunto de medidas adotadas pelo atual Governo, muitas das quais em parceria com o Governo Federal, tem permitido a constante queda no nível de desemprego de nossa população.

Segundo a série histórica da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) realizada pela CODEPLAN desde 1992, fechamos o ano de 2012 com os índices de desemprego mais baixos da história. A criação de postos de trabalho em ritmo acelerado no Distrito Federal foi a principal causa para a diminuição do número de desempregados. Houve meses em 2012 que a criação de novas vagas de trabalho foi superior ao crescimento da População Economicamente Ativa.

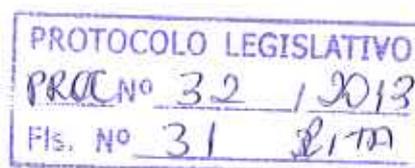
Os dados indicam que, em apenas dois anos, foram criados no Distrito Federal mais de 100 mil novos postos de trabalho, o que nos faz, pela primeira vez, superar a casa de 1,3 milhão de pessoas ocupadas.

Quando assumi o Governo, a taxa de desemprego no DF, segundo dados do DIEESE, era superior a 13%, acima da média nacional. Esse quadro está sendo revertido, mas ainda há cerca de 162 mil desempregados na Capital da República, que necessitam sair dessa situação. Acredito que parte significativa deles terá a oportunidade de um emprego nestes dois anos.

A Copa das Confederações, a Copa do Mundo de Futebol e o conjunto de investimentos a serem implementados a partir deste ano podem ser lembrados como geradores de novas oportunidades de emprego ou melhoria na renda para aqueles que querem e precisam trabalhar.

Detectamos, porém, a necessidade de termos mão de obra qualificada, pois a qualificação profissional é uma exigência cada vez maior. Por isso, já implementamos vários programas voltados para essa finalidade, como o Autonomia, o Qualificopa, o Prospera, o plano territorial de qualificação, o plano setorial de qualificação, etc.

Esse conjunto de dados – as pesquisas de emprego e desemprego o comprovam – indicam que estamos no caminho certo, pois a geração de oportunidades é altamente significativa para a nossa população.





GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Também tivemos a coragem de fazer uma lei para darmos apoio à economia solidária e, assim, garantirmos a oportunidade de renda para um segmento expressivo de nossa população.

14) Relações Institucionais

Nos aspectos institucionais, o atual Governo continua com os canais de diálogo sempre abertos com a população e com todos os órgãos federais, embaixadas, sindicatos, associações, instituições, Estados e Municípios da RIDE.

Com a eleição dos novos prefeitos dos Municípios do Entorno, estamos tendo a oportunidade de trabalhar em várias frentes para integrarmos ações e trocarmos experiências que possibilitem a busca de soluções efetivas para os problemas que causam reflexos e sobrecarga nos serviços públicos do Distrito Federal e adoção conjunta de políticas públicas.

Com o Governo Federal, temos tido um diálogo permanente, franco e aberto na defesa dos interesses do Distrito Federal. Temos tido uma receptividade impressionante de todos os Poderes e todos os órgãos e entidades da República, inclusive com o empenho pessoal de nossa Presidenta Dilma Rousseff, para ajudar o Distrito Federal. É extremamente louvável o desempenho da Presidenta à frente do principal cargo de nossa Nação.

Com essa Casa, que ajudei a implementar na sua primeira legislatura, disse na minha posse que construiria uma relação de parceria e respeito mútuo. E isso tem-se confirmado na prática das relações diárias, quer em dar viabilidade no Executivo nas demandas parlamentares, quer na aprovação rápida das proposições do Governo, conforme registrei acima.

Meu Governo continuará aberto ao diálogo com essa Casa, seja nas audiências públicas, nas reuniões técnicas, nas reuniões políticas e na análise aprofundada nas Comissões e assessorias, pois queremos que o processo legislativo seja o mais transparente e democrático e que os projetos do Governo, tal como vem sendo feito, continuem a ser analisados com a profundidade que cada tema requer, pois temos a convicção de que só o esforço conjunto do Governo, Legislativo e sociedade é capaz de dotar o Distrito Federal de uma legislação efetivamente séria e eficaz para nossa Unidade Federativa.

Louvo, pois, a iniciativa dessa legislatura em retornar os debates das matérias para as Comissões, pois é aí que as ideias se aprimoram e é daí que nasce o aperfeiçoamento das nossas leis.





GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Conclusão

Para concluir essa exposição, reafirmo mais uma vez o meu compromisso de trabalhar incansavelmente pelo Distrito Federal e suas pessoas, pois quero que, ao fim do meu mandato, sejamos reconhecidos como a cidade que cuida das pessoas, que trabalha em harmonia com o Governo Federal, com essa Casa e com as demais instituições públicas e privadas. Quero também que o meu Governo seja reconhecido pela transparência e pelo controle das despesas públicas e pelo Governo que reinveste cada centavo do contribuinte na prestação de serviços públicos de qualidade, especialmente em saúde, educação, segurança e qualidade de vida para todos.

Tenho a convicção de que meu Governo e essa Casa partilham dos mesmos objetivos de realização do bem comum e da melhoria da vida das pessoas do Distrito Federal. Em 2013, temos a oportunidade de juntos promovermos mais um ano de conquistas fundamentais para o alcance do futuro que aspiramos.

Por isso, ao mesmo tempo em que agradeço o apoio até aqui recebido, espero intensificar a relação de parceria, respeito e apreço com as Senhoras e Senhores Deputados nesta e na próxima sessão legislativa.


AGNELO QUEIROZ
Governador

